

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relatório da Comissão de Inquérito ao BANIF

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o Relatório da Comissão de Inquérito ao Banif por considerar que o mesmo era factual e que refletia de forma fiel os trabalhos da Comissão. Para a definição do sentido de voto contribuiu ainda o facto do Sr. Deputado Relator ter aceite e integrado a maioria das alterações ao texto sugeridas pelo Grupo Parlamentar do Bloco.

Há, no entanto, alguns aspetos de ordem política que, a nosso ver, devem ser reforçados, nomeadamente:

1. A venda do Banif ao Santander. O Bloco de Esquerda opôs-se à capitalização e posterior venda do Banif ao Santander por considerar que esta operação, para além de configurar um custo financeiro elevadíssimo para o país, põe em causa a estabilidade do próprio sistema bancário português no médio prazo. A progressiva concentração e perda de controlo nacional sobre as instituições bancárias é um risco para a soberania e para a economia portuguesas.
2. O papel das instituições europeias. Ficou muito claro, ao longo de todo o processo de capitalização e reestruturação do Banif que, tanto a Comissão Europeia como o Banco Central Europeu, agiram de forma pouco transparente, arbitrária e mesmo contraditória entre si. As imposições de ambas as instituições acabaram por contribuir de forma determinante para o desfecho deste caso, marcado pela venda do Banif ao Santander por um preço insignificante. Sendo este o resultado claramente menos benéfico para os interesses do país, a condução deste processo convoca a uma

reflexão sobre o poder excessivo que têm hoje as instituições europeias sobre o sistema bancário português.

3. As responsabilidades do sistema financeiro. Ao longo dos últimos anos as sucessivas comissões de inquérito à falência e resgate de instituições bancárias em Portugal têm-se focado nas falhas de regulação. Esta opção ignora a instabilidade inerente ao próprio funcionamento do sistema bancário e oculta a necessidade de controlar, quer pela alteração das regras de funcionamento, quer através da propriedade pública, o funcionamento do sistema bancário. Muitas das práticas (de crédito por exemplo) que conduziram ao desfecho do Banif estavam dentro das normas regulatórias e legais, o que indica que o problema é mais profundo do que as simples falhas de regulação.
4. O papel do Banco de Portugal. No âmbito das falhas de regulação, é de destacar o papel do supervisor, o Banco de Portugal, que não agiu atempadamente para evitar o pior resultado. Durante todo o processo, o Banco de Portugal, sobretudo na figura do seu Governador, mostrou-se incapaz de assumir as suas responsabilidades, ficando, mais uma vez, a ideia de complacência e cumplicidade na atuação do supervisor face às instituições supervisionadas.

Assembleia da República, 26 de setembro de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,